

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE	RINDE NO
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	DECRETO N. 1.459, DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.
	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N	ADLNº 4.827/2017	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2017	ALAGOAS,
	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTENDER	ESTADO DE
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868 DE 10.11.199 O C	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868 DE 10.11.199 O CAPÍTULO II-A QUE ESTABELECE	DE SUAS
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1º	ESTABELECE
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, DE 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161 DE 26 DE JUNHO	ACÇÃO DO
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10.026, DE	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A	SERVIDOR
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	DECRETO N. 1.787, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682 DE 14.10.2025 -	RIAÇÃO DO
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	LEI N. 8.376, DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382 DE 11 DE MAIO DE 2000	E A ACUMU
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	DECRETO N. 40.183, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊN	ÇÕES QU
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN	DECRETO N. 37.609, DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	UI O COM
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.978, DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI	DO PODER
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	LEI N. 6.159, DE 15.6.2000	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609 DE 1º DE JANEIRO DE 2015 QUE DI	NIZAÇÃO,
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 8.580, DE 19.1.2022	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA PERTENCENTES AO ES	E DÁ OUT
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DEN	LEI N. 15.175, DE 23.7.2025	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPE	SAIS DAS
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.855, DE	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO APROVADA PELO DECRE	TA DE EN
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.930, DE 4.10.2017	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ATUALIZA OS VALORES I	E IDESEN
	ALTERA ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIV	DECRETO N. 4.221, DE	ALTERA ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346	DE, QUE E
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	LEI N. 8.641, DE 28.3.2022	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI	ANHIA DE
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DE	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, E
	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JULHO DE 1998	LEI N. 8.605, DE 22.2.2022	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JULHO DE 1998 QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	RESUNIA
	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 202	LEI	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020 PARA CRIAR A OBRIGACÃO D	NA DESER
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07	LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07.08.2017 PARA PERMITIR A PE	ADÓSCON
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 D	LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 A LEI C	DE 26 DE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI C	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI C	4, DE 26 D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	A GESTÃO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43, DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFI N E AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 6.952, DE 28 DE JUNHO DE 2007	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43, DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFI N E AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	FORMAÇÃO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO E REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.651, DE 10 DE AGOSTO DE 2015	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO E REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ERÍCIA DE PESSOAS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.155, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	QUADRO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.690, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	QUADRO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.469, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CARGOS DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 11.420, DE 3 DE JANEIRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	SERVIDORES PÚBLICOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.481, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	EQUIPES DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.991, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	EQUIPES DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.409, DE 26 DE MAIO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ICIAIS MILITARES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.381, DE 26 DE MAIO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	PROFISSIONAIS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355, DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.677, DE 23 DE JUNHO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355, DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DEFICINDADES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.475, DE 20 DE JANEIRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ENTE REDAÇÃO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.884, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CARGOS DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.392, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CARGOS DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.209, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CARGOS DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.599, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	AGENCIAMENTO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.785, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ADDERIMENTOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.173, DE 5 DE JANEIRO DE 2005	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DEGRADAÇÃO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.645, DE 3 DE JANEIRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	SERVIDORES PÚBLICOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.741, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OPERAÇÕES DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397, DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.506, DE 3 DE AGOSTO DE 2012	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397, DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	O ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.952, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DESERVIÇOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.884, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DESERVIÇOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.385, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DECAÇÃO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965, DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.784, DE 9 DE JANEIRO DE 2018	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965, DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ÇA ALAGOAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29.05.20	LEI N. 8.321, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AG	LEI N. 8.560, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE M	LEI N. 9.979, DE 2.07.2026	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	
	ALTERA A LEI N. 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIG	LEI N. 14.405, DE 11.7.2022	ALTERA A LEI N. 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA TORNAR EXIGÍVE	
	ALTERA A LEI N. 12.232 DE 29.04.2010 PARA D	LEI N. 14.356, DE 31.5.2022	ALTERA A LEI N. 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕ	
	ALTERA A LEI N. 13.475 DE 28.08.2017, QUE DI	LEI N. 14.163, DE 9.6.2021	ALTERA A LEI N. 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	
	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI	LEI N. 14.331, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA D	
	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021, QUE DI	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	
	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE E	LEI N. 14.326, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSE	
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 14.548, DE 13.4.2023	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 13.010, DE 26.6.2014	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992, QUE DIS	LEI N. 14.230, DE	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE AT	
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 13.831, DE 17.5.2019	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 14.291, DE 3.1.2022	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D	
	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE D	LEI N. 14.333, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA	LEI N. 14.364, DE 1.6.2022	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	
	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2	LEI N. 14.849, DE 2.5.2024	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	
	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO	LEI N. 15.306, DE	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.827, DE 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.772, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO-J	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 14.310, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMI	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.384, DE 9.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 14.857, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.380, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.125, DE 24.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI AN	LEI N. 14.322, DE 16.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A PO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE	LEI N. 14.536, DE 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	OFICIAIS
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	LEI N. 14.799, DE 5.1.2024	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	DE
	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE	LEI N. 14.546, DE 4.4.2023	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO), PARA F	DA DE AB
	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA	LEI N. 11.707, DE 10.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO INT	EGURANÇ
	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	LEI N. 14.913, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	PREVENI
	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA	LEI N. 14.338, DE 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA DISPOR SOBRE A BULA DIGITAL	ANTES, PA
	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA	LEI N. 14.340, DE 18.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS R	ÃO CRIAR
	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE O	LEI N. 14.748, DE 5.12.2023	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE O	BÓRRAÇ
	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	LEI N. 14.723, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	ÃO SUPR
	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.624, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PARA BO
	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA	LEI N. 14.542, DE 3.4.2023	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE N	MUNICIP
	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA	LEI N. 14.330, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE	REMENTE
	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	LEI N. 13.853, DE 8.7.2019	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	BOLETA
	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA	LEI N. 14.321, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNCIA	DE
	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	LEI N. 14.680, DE 18.9.2023	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	TO DOR
	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA	LEI N. 14.325, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO D	COORDIN
	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA	LEI N. 14.311, DE 9.3.2022	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO D	CAO DE
	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	LEI N. 15.336, DE 8.01.2026	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	CONFORM
	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE), E	LEI N. 14.911, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE), E	DEA DE IN
	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGUIRAR À SERVIR	LEI Nº 9.962, DE 10.4.2025	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGUIRAR À SERVIR	ÊNCIA DO
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICAR-SE A ALÍQUOTA	LEI N. 9.519, DE 20.9.2023	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICAR-SE A ALÍQUOTA	PRODOTO
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA REDUZIR A ALÍQUOTA	LEI N. 8.355, DE 12.12.2020	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA REDUZIR A ALÍQUOTA	DE
	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	LEI N. 8.203, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	DOSEMO
	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CR	LEI N. 10.023, DE 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CR	ÇÕES QUE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	LEI N. 15.295, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	
	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986, PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	LEI N. 14.602, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986, PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 14.737, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 14.912, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 14.847, DE 25.4.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 15.126, DE 28.4.2025	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	LEI N. 14.820, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	LEI N. 14.644, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	LEI N. 14.952, DE 6.8.2024	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	LEI N. 14.858, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA DISPOR SOBRE AS	LEI N. 14.071, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA DISPOR SOBRE AS	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, PARA	LEI N. 12.760, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	LEI N. 14.861, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	LEI N. 14.921, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.696, DE 01.09.1998, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	LEI N. 14.386, DE 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696, DE 01.09.1998, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE O	LEI N. 8.589, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE O	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, DETERMINA O	LEI N. 8.350, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, DETERMINA O	
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA	PORTARIA Nº 343/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA	
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660, DE 10.05.2009, QUE APROVA O REGULAMENTO	PORTARIA Nº 660, DE 10.05.2009	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660, DE 10.05.2009, QUE APROVA O REGULAMENTO	
	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, DE 13.12.2019, QUE	LEI N. 4.422, DE 20.6.2023	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, DE 13.12.2019, QUE	
	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE 1967, QUE	LEI N. 6.543, DE 20.6.2023	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE 1967, QUE	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DE	RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DE	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE	RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A	RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	SPONSOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ELIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	GANDA EL
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DO PROC
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	TAÇÃO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	EMAS ELE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	S ELEITOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ESSO ELEI
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	AS ELEIÇ
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	COEFIRI
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	COEFIRI
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	COEFIRI
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI COMPLEMEN	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DEZEMBRO
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 8.533, DE	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DE CARO
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DEZEMBRO
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE APOIO ÀS ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE APOIO ÀS ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DA QUER
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 E 9.454 DE 07.04.1997 E 13.444 DE 11.05.1997 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 E 9.454 DE 07.04.1997 E 13.444 DE 11.05.1997 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	INVESTI
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 4.736 DE 19.09.1995 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 13.877, 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 4.736 DE 19.09.1995 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	DISCÃO E
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 4.736 DE 19.09.1995 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 4.736 DE 19.09.1995 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	30 DE
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) E 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) E 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	25 DE
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ROSHDA
	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 E LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 E LEI Nº 4.736 DE 19.09.1995 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 E LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 E LEI Nº 4.736 DE 19.09.1995 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	SONDE
	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ABOMAR
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.514 DE 1980 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 4.212, 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.514 DE 1980 QUE ESTABELECEM AS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ABOMAR
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO	ESTALAG
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CASOS DE FALTA DE QUORUM PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	ESTABEIR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA	LEI N. 4.330, 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	CLASSES D
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992	LEI N. 9.090, DE 8.670, 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992 PARA	BATORIANO
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010	LEI N. 8.670, 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010 E	ENDORES
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JUI	LEI COMPLEMENTAR	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JUI	SDOUHAGE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	QUADRO D
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974	LEI N. 4.200, DE 4.292 DE	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DAIENIN
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DE	DECRETO N. 4.292 DE	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE 12 DE 1974	SABEININ
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990	LEI N. 8.391, 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990	REIORBG
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE 12 DE 1990	LEI N. 13.370, 12.6.2023	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE 12 DE 1990 PARA ESTENDER O	INSPECIAE
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003	LEI N. 6.502, 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003 QUE	APAS SER
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004	DECRETO N. 29.258 DE	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004	RAMONIA
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004	LEI N. 8.177, DE	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 OI	OS DIME
	ALTERA O ART. 147.8 DO DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	LEI N. 15.123, 24.4.2025	ALTERA O ART. 147.8 DO DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	FEI SCA
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005	LEI N. 8.867, 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005 OI	OUVIDORI
	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAÇÃO	LAUREA
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003	LEI N. 8.552, DE	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003 QUE DIS	ELHO EST
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.272, DE	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	EVENSIVA
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.280, 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	REVENAN
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014	DECRETO N. 83.071 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 OI	ONCEISS
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014	DECRETO N. 83.070 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUA	SONCEISS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DECRETO N. 69.581 DE	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE	DECRETO N. 23.086 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE	DECRETO N. 83.069 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE	DECRETO N. 95.540 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE	DECRETO N. 71.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE RE	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 2.081 DE 2	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.081 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 2	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE	DECRETO N. 74.007 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE	DECRETO N. 74.341 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, OI	DECRETO N. 94.872 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBACÃO	DE 20
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07 DE DE	LEI N. 15.245, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DE 20
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DE	LEI N. 15.397, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DE 20
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DE	LEI N. 15.353, DE 8.03.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DE 20
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 03.10.19	LEI N. 14.752, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	DE 20
	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019	DECRETO N. 10.841 DE	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO	DECRETO N. 11.881 DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETE	DECRETO N. 11.880 DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002	DECRETO N. 11.040 DE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007	DECRETO N. 11.130 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008	DECRETO N. 11.080 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750 DE 09.05.2016	DECRETO N. 11.481 DE	ALTERA O DECRETO Nº 8.750 DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018	DECRETO N. 11.107 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGR	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018 E O DECRETO Nº 10.153 DE 03	DE 20
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018	DECRETO N. 11.479 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	DE 20

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25 DE JANEIRO DE 2019	DECRETO Nº 9.981 DE 25.06.2019	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25.06.2019 QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10.241 DE 2001	ARA DISPO
	ALTERA O DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013	DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013	ALTERA O DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013 QUE REGULAMENTA O DISPO	DE 05.06.2
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	9.05.2019
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	9.05.2019
	ALTERA O INCISO XIV DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14.721, DE 18.11.2023	ALTERA O INCISO XIV DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	ROD BBO
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990	LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIAN	DAS DISPO
	ALTERA OS DECRETOS, LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.688 DE 07.12.1940	LEI Nº 14.245, DE 18.11.2023	ALTERA OS DECRETOS, LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.688 DE 07.12.1940	NIÇ, PAR
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14.721, DE 18.11.2023	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	ILCO DESP
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VERBA DE CANCELAMENTO DE PASSAGENS	DECRETO Nº 15.160, DE 3.7.2025	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.000 DE 1990	STANDER
	ALTERAR CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VERBA DE CANCELAMENTO DE PASSAGENS	DECRETO Nº 15.160, DE 3.7.2025	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO, LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	IRO DE 20
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE	MAL, PAR
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CIRURGIJA DE REDUÇÃO DE SEIO	LEI Nº 15.171, DE 17.7.2025	ALTERA A LEI Nº 9.797 DE 6 DE MAIO DE 1999 E A LEI Nº 9.656 DE 3 DE JANEIRO DE 2019	INDA DUB
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	FORMULÁRIO Nº 12.249, DE 11.6.2010	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	PLIAR O DI
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	LEI Nº 13.964, DE 11.6.2010	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	ÇÃO DE M
	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	DECRETO Nº 5.553, DE 6.12.1968	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	DECRETO Nº 12.540 DE 12.5.2010	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS	A UNAS FE
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	XPBOSVA
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	ÃO BENEF
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PLUNÇA
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 6.230, DE 19.4.2001	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDÊN
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 6.399, DE 15.8.2003	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDÊN
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CARGOS	PORTARIA Nº 70.274 DE 7.10.2024	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CARGOS	RAS, ARMA
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA	OSEÇÃO, T
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGULAR DE TERRELOS	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGULAR DE TERRELOS	STADUAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 3.700 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA	
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	DECRETO Nº 10.030 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS HONRAS SINAIS DE RESPEITO	PORTARIA Nº 10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS HONRAS SINAIS DE RESPEITO	TAR DAS F
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	DECRETO Nº 10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº 10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	
	APROVA O VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO - PASSAGEM	PORTARIA Nº 10.022 DE	APROVA O VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO - PASSAGEM	0-VM-12.00
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES PÚBLICAS	LEI Nº 9.172, 12.3.2024	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES PÚBLICAS	EM ATIVID
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MELITUS	LEI Nº 15.181, 28.7.2025	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MELITUS	S PÚBLICO
	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI Nº 14.064, 29.9.2020	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	SÃO PEN
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	LEI Nº 13.800, 4.1.2019	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	S-TRATOS
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCELIAMENTO	LEI Nº 8.838, 4.4.2023	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCELIAMENTO	ES DEÇÃO
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - C	LEI Nº 15.069, 12.4.2022	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - C	ÊNCIA - C
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI Nº 10.027, 12.4.2022	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	LEI Nº 14.648, 4.8.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	ADO DE A
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI Nº 14.323, 12.4.2022	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	LEI Nº 8.810, 20.1.2023	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	ERÊNCIA
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPORTIVOS	LEI Nº 5.809, 27.2.1996	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPORTIVOS	OS DO UST
	AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA POLÍCIA	LEI Nº 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA POLÍCIA	STRABOV
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO DE VOTAÇÃO	LEI Nº 8.398, 25.3.2021	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO DE VOTAÇÃO	ECIDOPAN
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL PARA O DE VACIN	LEI Nº 9.513, 1.4.2025	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL PARA O DE VACIN	O DE VACIN
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO	LEI Nº 9.455, 21.6.2022	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO	TIÇÃO DE R
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OLIVEIRA	LEI Nº 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OLIVEIRA	ER DIRETR
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	LEI Nº 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	GARANTIA
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNACIONAL	LEI Nº 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNACIONAL	ICA FEDE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" (Horta da Escola)	LEI Nº 9.450, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" (Horta da Escola)	DESENVOL
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	LEI Nº 9.450, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	DESENVOL

Secção de Informática

CONTINUA
DE VIOLÊNCIA
R. RIVERO, 100
P. 100, 100
SISTEMA D
ESTADO
AMÉRICAS
NACIONAL
2.12.1977.
ALAGOAS
CONSUMO
2020 E DÁ C
ÇÃO EXCI
NTES PÚBL
FLITOS DO
O 2018
O 2022
GASTOS C
OAS.
GOAS.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CLASSIEICACÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIEICACÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN	
	CLASSIEICACÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIEICACÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEO	
	CLASSIEICA OS CARGOS DO SERVICO CIVIL D	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIEICA OS CARGOS DO SERVICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICACÕE	LEI N. 4.117, 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICACÕES	
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	CÓDIGO DE DEEESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO LEI N. 3.689	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.002	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAC	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO LEI N. 2.848	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO D	DECRETO N. 35.707 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O EIM QUE MENCIONA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEEESA AGROPE	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE T	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONELITOS AGRÁE	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONELITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONELITOS AGRÁE	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONELITOS AG	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANCA NO TRÂ	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANCA NO TRÂNSI	
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA M	DECRETO N. 29.273 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	COMPENSACÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA NA FORMA QUE ESTIPIULA A PAGA DE COMPENSACÃO FINANCEI	
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA I	DECRETO Nº	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEEESA PARA APROV	
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE D	NP Nº 313901	TRANSCRICÃO DE OÉCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTAÇÃO	DECRETO N. 12.338 DE	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTAÇÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVIL	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	REPÚBLICA
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	PORTARIA N. 17.528 DE	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDEN	ABRIL/2022
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 24.505 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	RIA DE ES
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 23.198 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURS	TO DA SE
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	LEI N. 9.722, DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P	DA SECRE
	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO	DE	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CUIR	DE CRIANÇAS
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA PMAL	LEI N. 4.218, 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA POLÍCIA MILITAR DO EST	DÁ OUTRA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADO	ÊNCIAS.
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLES	ADOTA PR
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREI	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI DELEGADA	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURAN	E SUAS CO
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	RA A DEN
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 33.328 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007 QUE AP	INTERNO
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	N-AL.
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	ESCENTE
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DÊNCIAS.
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO	S DE GEST
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JLININAS	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JLININAS DE ALAGOAS – LIOAL COMO PA	L E IMATE
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURDEAA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CON	IAL OSMAN
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	LMARES.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRISOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOÉLUC	OCALIZAD
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA JUNIN	AL.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRR	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO	LEI N. 8.556, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SO	DESC.
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO	DECRETO N. 9.579, DE	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDER	BRB PTEI
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 EMENDA CONSTITUCIONA	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 EMENDA CONSTITUCIONA	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 EMENDA CO	7, DE 202
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO	PORTARIA S	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO D	SESTÃO DE
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA	DECRETO N. 105.357, DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	MILITAR DE
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM	DECRETO N. 83.887, DE	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	AL DA ALA
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATA	DECRETO N. 7.845, DE	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA	INFORMAÇ
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBAT	LEI N. 9.612, 18.7.2025	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE	RAS PROV
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	LEI N. 10.693, 25.6.2003	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PES	O DA JUST
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALT	DECRETO N. 10.981, DE	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556, DE 1	REÇO USO
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA	DECRETO N. 11.089, DE	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLI	
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO	LEI N. 9.499, 1.4.2025	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITO	E INCENTIV
	CRIA APP EM IMÓVEL DO PRMON DA PMAL	DECRETO N. 70.396, DE	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO D	ONTADO D
	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	LEI N. 6.895, DE	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL A 29ª VARA CÍVEL DA CA	AGRÁRIOS
	CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIM	LEI N. 8.364, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA V	OUTRAS P
	CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO)	DECRETO N. 407, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA M	S E ADOTA
	CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO D	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E	SE DO CO
	CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	LEI Nº 9.390	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO – DE	OMAS, RES
	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE	DECRETO N. 35.142, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE	MTAÇÃO D
	CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE D	DECRETO N. 69.463, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA S	ÊNCIA – G

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	cria cargo isolado de provimento efetivo	LEI N. 4.350, 17.5.1982	cria cargo isolado de provimento efetivo e dá outras providências	LEGISLATIVO
	cria cargos de procurador de justiça	LEI N. 4.333, 13.4.1982	cria cargos de procurador de justiça e adota providências correlatas	LEGISLATIVO
	cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer	LEI N. 15.234, 7.10.2025	cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer	LEGISLATIVO
	cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para	LEI N. 9.500, 1.4.2025	cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para	LEGISLATIVO
	cria no âmbito do estado de alagoas a comissão de prevenção e	LEI N. 9.599, 18.7.2025	cria no âmbito do estado de alagoas a comissão de prevenção e	LEGISLATIVO
	cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de con	LEI N. 12.127, 11.10.2020	cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de con	LEGISLATIVO
	cria o cadastro nacional de crianças e adolescentes desapareci	LEI N. 14.069, 11.10.2020	cria o cadastro nacional de crianças e adolescentes desapareci	LEGISLATIVO
	cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de	LEI N. 8.396, 19.3.2021	cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de	LEGISLATIVO
	cria o fundo estadual de combate ao câncer	LEI N. 10.015, 11.10.2020	cria o fundo estadual de combate ao câncer	LEGISLATIVO
	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg	LEI N. 2.509, 4.12.1962	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg	LEGISLATIVO
	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	LEI N. 14.261, 11.10.2020	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	LEGISLATIVO
	cria o mistério do trabalho e previdência	LEI N. 8.582, 19.1.2022	cria o mistério do trabalho e previdência	LEGISLATIVO
	cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba	LEI Nº 14.147, 11.10.2020	cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba	LEGISLATIVO
	cria o programa pró-leitos	LEI N. 14.786, 11.10.2020	cria o programa pró-leitos	LEGISLATIVO
	cria o protocolo "não é não" para prevenção ao constrangiment	LEI Nº 9.603, 11.10.2020	cria o protocolo "não é não" para prevenção ao constrangiment	LEGISLATIVO
	cria o selo tolerância zero com assédio	LEI N. 14.110, 11.10.2020	cria o selo tolerância zero com assédio	LEGISLATIVO
	crime de denúncia caluniosa	LEI N. 14.132, 31.3.2021	altera o art. 339 do decreto-lei nº 2.848 de 07.12.1940 (código penal)	LEGISLATIVO
	crime de perseguição	LEI N. 9.605, 12.2.1998	acrescenta o art. 147-A ao decreto-lei nº 2.848 de 07.12.1940 (código penal)	LEGISLATIVO
	crimes ambientais	LEI N. 14.155, 27.5.2021	dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de crimes ambientais	LEGISLATIVO
	crimes de violação de dispositivo ineof	LEI N. 7.783, 22.1.2016	altera o decreto-lei nº 2.848 de 07.12.1940 (código penal) para tornar	LEGISLATIVO
	cul tura (dia do músico alagoano)	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, 11.10.2020	dispõe sobre a criação do dia do músico alagoano e dá outras pr	LEGISLATIVO
	dá nova redação ao § 1º e cria os § 7º, 8º e 9º do artigo 244 e cria o	LEI N. 5.883, 11.10.2020	dá nova redação ao § 1º e cria os § 7º, 8º e 9º do artigo 244 e cria o	LEGISLATIVO
	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.541 de 29 de dezembro de 1975	LEI N. 9.743, 11.10.2020	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.541 de 29 de dezembro de 1975	LEGISLATIVO
	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo único do art. 6º da lei esta	DECRETO Nº 4.140 DE 14.5.2025	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo único do art. 6º da lei esta	LEGISLATIVO
	dá nova redação ao artigo 2º da lei delegada nº 42 de 14 de maio de	LEI N. 3.846, 11.10.2020	dá nova redação ao artigo 2º da lei delegada nº 42 de 14 de maio de	LEGISLATIVO
	dá nova redação aos artigos 79, 81 e ao inciso VII do artigo 93, da l		dá nova redação aos artigos 79, 81 e ao inciso VII do artigo 93, da l	LEGISLATIVO

Secção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.170, DE 3.10.1980.	LEI N. 4.170, DE 3.10.1980.	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980. E REVOKA A ANTERIOR.	CONTRÁRIAS ÀS DISPOSIÇÕES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.171, DE 3.10.1980.	LEI N. 4.171, DE 3.10.1980.	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980. E REVOKA A ANTERIOR.	CONTRÁRIAS ÀS DISPOSIÇÕES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943, DE 12 DE JUNHO DE 2000.	LEI N. 8.527, DE 11.11.2016.	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO DE 2000. E REVOKA A ANTERIOR.	REINVESTIMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS.
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI Nº 4.922, DE 1.7.1987.	DECRETO N. 11.226, DE 11.11.2016.	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI Nº 4.922 DE 1.7.1987. E REVOKA A ANTERIOR.	REINVESTIMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS.
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO XII DA ALÍNEA "C" DA LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000.	LEI N. 4.922, DE 1.7.1987.	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO XII DA ALÍNEA "C" DA LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000. E REVOKA A ANTERIOR.	REINVESTIMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS.
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO.	LEI N. 8.356, DE 2.12.2020.	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26 JUNHO DE 2000. PARA DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO.	CONTADOR PÚBLICO.
	DECLARA FÉRIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBILIDADE DA CONSCIÊNCIA.	LEI N. 14.759, DE 11.11.2016.	DECLARA FÉRIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBILIDADE DA CONSCIÊNCIA.	FÉRIADO NACIONAL.
	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM ALMOÇO, DO TRAJE E DO DIA DO PÃO.	LEI N. 14.641, DE 1.8.2023.	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM ALMOÇO, DO TRAJE E DO DIA DO PÃO.	MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL.
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, EM VIRTUDE DO AUMENTO DE CASOS DE COVID-19, EM ALAGOAS.	DECRETO Nº 11.226, DE 11.11.2016.	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, EM VIRTUDE DO AUMENTO DE CASOS DE COVID-19, EM ALAGOAS.	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL.
	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTERIORES.	PORTARIA Nº 14.768, DE 11.11.2016.	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTERIORES.	METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO.
	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMITAÇÃO.	LEI N. 14.768, DE 11.11.2016.	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMITAÇÃO.	DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA.
	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS.	LEI N. 9.474, DE 22.7.1997.	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS.	DEFINIÇÃO DE MECANISMOS.
	DEFINE O ANO CIVIL.	LEI N. 810, DE 6.9.1949.	DEFINE O ANO CIVIL.	DEFINIÇÃO DE ANO CIVIL.
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DISCIPLINARES E DE FISCALIZAÇÃO.	DECRETO N. 11.123, DE 11.11.2016.	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DISCIPLINARES E DE FISCALIZAÇÃO.	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA.
	DENOMINA “BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO” O 9º BATALHÃO DE CAVALARIA.	LEI N. 8.463, DE 30.6.2021.	DENOMINA “BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO” O 9º BATALHÃO DE CAVALARIA.	DENOMINAÇÃO DE BATALHÃO.
	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SEDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL.	LEI N. 7.134, DE 9.12.2009.	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SEDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL.	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS.
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGOAS.	LEI N. 6.623, DE 11.11.2016.	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGOAS.	DENOMINAÇÃO DE CANIL.
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGOAS.	LEI N. 9.623, DE 22.7.2025.	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGOAS.	DENOMINAÇÃO DE CANIL.
	DENOMINA RODOVIA DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL-404.	LEI N. 8.788, DE 11.11.2016.	DENOMINA RODOVIA DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL-404.	DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO).	DECRETO N. 19.033, DE 11.11.2016.	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO).	REGIMENTO INTERNO.
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS.	DECRETO N. 5.879, DE 11.11.2016.	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS.	REGIMENTO INTERNO.
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812, DE 2019.	DECRETO N. 10.622, DE 11.11.2016.	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812, DE 2019.	DESIGNAÇÃO DE AUTORIDADE.
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	DECRETO N. 98.836, DE 11.11.2016.	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	DESIGNAÇÃO DE MEMBROS.
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDOC.	DECRETO N. 107.466, DE 11.11.2016.	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDOC.	DESIGNAÇÃO DE MEMBROS.
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	DECRETO Nº 11.226, DE 11.11.2016.	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	DETERMINAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO.
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	DECRETO Nº 11.226, DE 11.11.2016.	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	DETERMINAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA F	DECRETO N. 3.545, DE 18.3.2022	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA F	OTA PRO
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	LEI N. 8.622, DE 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	NO A GOM
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.062, DE 22.2.2022	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	MENTREIN
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS TRAT	LEI N. 8.597, DE 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS TRAT	INPOQUEM
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, DE 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - I DB	LEI N. 9.394, DE 10.9.1997	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - I DB	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, DE 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	7.347, DE
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO DE CUMPRIMENTO E O PAGAME	LEI N. 8.367, DE 10.9.1997	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO DE CUMPRIMENTO E O PAGAME	COMETER
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	DECRETO N. 3.987 DE 2.3.2015	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	ADAS E D
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TERCEIRO SETOR	LEI N. 13.103, DE 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA, ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	LEI N. 13.675, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	LEI N. 13.675, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NOÇÃO DE
	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSO	PORTARIA N. 12.016, DE 7.8.2009	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSO	A MODALID
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	LEI N. 12.016, DE 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRAJURIS	LEI N. 9.059, DE 11.6.2018	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRAJURIS	O ESTADO
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	LEI N. 13.060, DE 15.7.2021	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	EGURANÇ
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	LEI N. 8.469, DE 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	PVA COR
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	LEI N. 8.655, DE 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	O DE ALA
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL, HOSPITAIS E INSTIT	LEI N. 7.195, DE 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL, HOSPITAIS E INSTIT	SÕES CA
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	LEI N. 9.594, DE 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	ÇÃO PRO
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE F	LEI Nº 8.407, DE 15.7.2021	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE F	AS NOS ES
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.781, DE 15.7.2021	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	LEI N. 9.858, DE 15.7.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	COLPES
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CON	LEI N. 8.521, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CON	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESTINACÃO	LEI N. 9.373, DE 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESTINACÃO	IAL AMBIE
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO	LEI N. 8.640, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO	ÇÃO DE E

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	TO ESTAD
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.143 DE	DECRETO N. 37.143 DE	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE	SEASIA DO
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO A	DECRETO N. 11.947 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	A PREVID
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAME	DECRETO N. 95.095 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICACÃO NATALI	BLICO E
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAME	DECRETO N. 100.550 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICACÃO NATALI	BLICO E P
	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURS	LEI N. 14.332, 4.5.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICE	IA SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTA	LEI N. 14.341, 18.5.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTE	DE 16.03.20
	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPA	LEI N. 9.510, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE	E ESTADU
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORE	DECRETO N. 10.922 DE	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14	DE LICITAÇ
	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA	LEI N. 10.035 DE	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIV	PLICAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE	LEI N. 10.009 DE	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	DE PRAT
	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE	LEI N. 9.479 DE	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO DE	DE CASSA
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES D	DECRETO N. 34.899 DE	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA IND	AL PÚBLIC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.696 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.824 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.760 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.861 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.953 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 76.147 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 76.263 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO, S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.743 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.665 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	AMENTO SC

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N.º 77.621 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N.º 73.790 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	DECRETO N.º 10.148 DE	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS	LEI N.º 8.519, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	DECRETO N.º 106.823 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU	LEI N.º 9.723, DE	ALTERA O CAPUT DO ART. 2º E ACRESCENTA O § 4º AO REFERIDO ARTIGO DA	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU	LEI N.º 8.639, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PRO	LEI N.º 9.171, DE 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PRO	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	LEI N.º 8.437, DE 30.6.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE	LEI N.º 7.313, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE	LEI N.º 8.692, DE 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTR	
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO N.º 101.094 DE	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL - E ALTERA AS	LEI N.º 14.075, DE	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL - E ALTERA AS	
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDE	LEI N.º 7.966, DE 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	LEI N.º 6.682 DE 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENT	RESOLUÇÃO LEI N.º 10.030, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENT	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PE	LEI N. 8.773, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE D	LEI N. 8.699, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTAD	LEI N. 8.787, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ACO	DANTES D
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ES	LEI N. 9.715, 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADO	CAEPED
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGIT	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE S	LEI N. 9.682, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "C	LEI N. 9.512, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABE	STOWASTO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA D	LEI Nº 9.817	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PAT	ELCRIANÇ
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "D	LEI N. 8.783, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	MASE PÚBI
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA D	LEI N. 9.498, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEF	ITRA MBRU
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA E	LEI N. 8.789, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	ERRAÇOSA
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JO	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	OGEMANSO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO	LEI N. 9.508, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS	DOQUES DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENT	LEI N. 14.541, 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPTO DE DELEGAC	S DE ATEN
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA	LEI N. 15.392, DE	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO M	LUÇÃO DE
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESS	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLI	DESTRABAI
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVI	LEI N. 8.553, DE	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA	S RIACHOS
	DISPÕE SOBRE A DIELISÃO POR ÓRGÃOS PÚB	LEI N. 14.583, 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIELISÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAM	DEBUDICA
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRI	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE D	LEI N. 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPE	S PROVIDI
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDACÃO	LEI COMPLEMEN	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDACÃO A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDA	ORSTMEDE
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEI	LEI N. 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOVERNAD	DOR DO E
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CABE	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	BADEPESM
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVER	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADM	CA DIRETA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	DEACÓUP
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTE	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CAR	ERMÓDIO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	LEI Nº 6.268, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	LEI N. 8.529, DE 12.8.15, 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	E/BO/INP
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIAO DE PORTOS	LEI Nº 14.152, DE 6.400, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIAO DE PORTOS	STOMIAS
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	LEI Nº 14.152, DE 6.400, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	SP/EXA/
	DISPÕE SOBRE A EXATidão DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	LEI N. 8.669, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A EXATidão DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	DISPÕE SOBRE A EXATidão DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	LEI N. 8.588, DE 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A EXATidão DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A EXATidão OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	LEI Nº 14.172, DE 9.470, DE 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A EXATidão OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	DOUSSA
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	LEI Nº 14.172, DE 9.470, DE 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	ROFESSO
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	LEI N. 14.334, DE 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	OCERAN
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPICOS	LEI N. 8.297, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPICOS	S DE MISE
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	LEI N. 8.672, DE 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	AL DE ENS
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	DECRETO N. 10.674 DE 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	DE CADA M
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	LEI N. 8.561, DE 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	AMA NACI
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA I EITEIRA DA CIDADE DE BATALH	LEI N. 8.293, DE 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA I EITEIRA DA CIDADE DE BATALH	BOASRÍST
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS EILAS PE	LEI N. 8.675, DE 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS EILAS PE	STASACIO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI	LEI N. 8.992, DE 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI	EEÚDEAG
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	LEI N. 8.530, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	ÉDIOSPIB
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANIL	LEI N. 8.292, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANIL	DADEBA
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	LEI Nº 9.619, DE 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	VAPOZAS
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORAÇÕES D	LEI Nº 9.619, DE 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORAÇÕES D	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	LEI Nº 9.438, DE 6.873, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	IMENTAR
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - E	LEI N. 8.300, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - E	DAÇÃOID
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	LEI N. 8.542, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	PROMOVIE
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	LEI N. 15.371, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	JAISQUER
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO		DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	SONOMBE
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE; INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE		DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE; INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE	VIDEABIA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSPORTE	LEI N. 8.306, 29.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSPORTE	
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES O	RESOLUÇÃO LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES O	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D	LEI N. 9.525, 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE R	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE R	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABEI	LEI N. 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABEI	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIRICAÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	LEI N. 9.522, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIRICAÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES E	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES E	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LO	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DECRETO N. 93.446 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FUNC	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FUNC	
	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	RESOLUÇÃO LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUTO SISTEMA N	LEI N. 9.278, DE	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUTO SISTEMA N	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO		DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	RESOLUÇÃO DECRETANO. 4.073 DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	RAL.
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUITETURA	RESOLUÇÃO DECRETANO. 4.073 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE	AL DE AR
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO	RESOLUÇÃO DECRETANO. 4.073 DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO SEUS FINS E APLICACÃO	VIDÊNCIA
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SEUS FINS E MEC	ILAÇÃO E
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI Nº 8.413, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	DA INDEFIN
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	LEI N. 14.744, DE	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	SACOMPAN
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO	DECRETO N. 12.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO	ISTRACÃO
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS	AL E PARA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRGÃOS	LEI N. 14.228, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRGÃOS	DICO LEGA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	DE AISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	LEI N. 9.476, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	INTRAISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	LEI N. 8.559, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	DESSOIE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS	INTEIMDI
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	LEI N. 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	VÍCIENIES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	LEI N. 9.486, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO TRA	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO TRA	DONESOD
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	LEI N. 15.211, DE	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	DIQUESOD
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	LEI N. 14.598, 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	DEQUERD
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	O DIGITAL
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOLHEDORAS	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOLHEDORAS	ICAS EST
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	A DE POLI
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	IL DO POD
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	ASSISTEN
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS NO ÂMBITO	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS NO ÂMBITO	ACOSTA,
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DA DE SE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIOR	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIOR	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	LEI N. 11.784, 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	LEI N. 102331 DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	LEI Nº 8.427 DE	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	LEI N. 12.846, 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 INSTITUÍDO PE	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 INSTITUÍDO PE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	LEI N. 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 9.551, 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI Nº 8.419,	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAIS	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIM	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROM	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABO	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABO	LEI N. 14.791, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLU	DECRETO N. 11.484 DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETR	LEI N. 8.868, 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	
	DISPÕE SOBRE AS INTERAÇÕES E SANÇÕES A	DECRETO N. 6.514 DE	DISPÕE SOBRE AS INTERAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS D	DECRETO N. 69.530 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR D	LEI N. 6.605, 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS	DECRETO N. 33.870 DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS S	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ES	LEI N. 9.060, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAI	LEI N. 5.821, DE	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	
	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM	LEI N. 8.429, 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS	PORTARIA N.	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDA	DECRETO N. 33.861 DE	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESS	LEI N. 8.087, 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZA	PORTARIA N.	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANT	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDAN	LEI N. 15.100, 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔN	
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO	LEI N. 9.511, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDIC	LEI N. 10.012, DE	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DI	
	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO AO USO DE IMAG	LEI N. 9.028, DE	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	
	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE INAUGURAÇÃ	LEI N. 8.522, DE	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE	LEI N. 15.117, 24.2025	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMACÃO EDUCATIVA ACEF	DE DOEN
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS	LEI N. 12.664, 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS - DOS ÓRGÃO	SEGURAN
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO	LEI N. 8.503, 27.9.2021	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	DO DE 19)
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIM	LEI N. 13.243, 11.1.2016	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA	ENTRE, A
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS AD	LEI N. 5.237, 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDE	.
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBL	LEI N. 8.539, DE	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D	INSTAÇÃO
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES E	DECRETO N. 26.320, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	E 18.11.20
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SA	LEI N. 8.754, 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANN	DOES, TRO
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEG	LEI N. 14.254, DE	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DI	ROO DO D
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREG	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADE	ESMORA
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENER	LEI N. 8.315, 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	LEÓBILDEO
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARM	LEI N. 8.291, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM	ADAS PEU
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENC	LEI N. 8.738, 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA CO	ISTO DAS
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE B	LEI Nº 9.433	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓELOS NO ESTADO DE ALAC	PROVIDEN
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À FROTIZAÇÃO IN	LEI N. 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À FROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSICÃO	DE ESCOL
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MIL	LEI N. 9.521, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	MA, EMOR
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIO	DECRETO N. 11.722, DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEI	ERNANÇA.
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA	DECRETO N. 11.833, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE C	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍ	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE D	DECRETO N. 11.482, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE P	DECRETO N. 11.480, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS	DECRETO N. 11.483, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACION	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	024.
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACION	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	026.
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEN	ÇÃO DE TR
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUT	PORTARIA N	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	DA ADMIN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO	LEI N. 9.786, 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA	LEI N. 8.906, 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECIDOS	IS DA POL
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA	LEI N. 4.504, DE 19.12.1964	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR	LEI N. 10.671, 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 5.346, 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA	LEI N. 13.103, 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA: ALTERA A CONDIÇÃO DE TRABALHO DO TRABALHADOR	S DO TRAB
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE	LEI N. 13.475, 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	LEI N. 9.592, 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	RATIVAS P
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEIROS	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEIROS	ADO DE AL
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI N. 13.756, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP) E SOBRE O PRODUTOS	O PRODUT
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	DECRETO N. 37.615, DE 13.12.2017	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VOICETAL
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS	LEI N. 5.900, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS	ESTABELEC
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	OS, APENA
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.428, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	UTRAS PR
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO PARTO	LEI N. 8.518, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO PARTO	Á OUTRAS
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO RELACIONADO AO GOVERNO	RESOLUÇÃO N. 11.460, 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO RELACIONADO AO GOVERNO	GO DE PR
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	ONSERVA
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE VEÍCULOS	LEI N. 8.488, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE VEÍCULOS	DRES, PRO
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE ATENDE O DOENTE	DECRETO N. 58.689, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE ATENDE O DOENTE	O DO ESP
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.771, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS	E ALAGOAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, DE 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERAPIA	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO	DECRETO N. 109.405 DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBI	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE	LEI N. 9.615, DE 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDA	
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO	LEI N. 9.613, DE 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO - PIA PARA	
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PRO	LEI N. 8.646, DE 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RE	LEI N. 8.567, DE	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RE	LEI N. 8.368, DE 6.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.151, DE 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.643, DE 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.627, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SER	LEI N. 8.112, DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGE	LEI Nº 8.406 DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COME	LEI N. 10.826, DE	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA	DECRETO N. 10.986 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORM	DECRETO N. 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÃO	LEI N. 5.626, DE 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEIC	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS	DECRETO N. 16.259 DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E	DECRETO N. 12.154 DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 76.819 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 86.020 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 95.021 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 100.540, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDEREXE
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 106.093, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDEREXE
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ES	DECRETO N. 9.359, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	REIÇÕESM
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SO	LEI N. 8.671, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	SM/AL, E L
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	GERAIS 2
	DISPÕE SOBRE OS OBJETIVOS, ESTRUTURA E	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE OS OBJETIVOS, ESTRUTURA E APLICAÇÃO DA PESQUISA PEE	ES DE SEC
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - AN	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVO	DECRETO N. 11.821, DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	DEQUENTA
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINIS	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	3.07.2020
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SERE	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO D	S&M PRINC
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	DE VOTAÇ
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A	DECRETO N. 40, DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	CEDIMENT
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERE	DECRETO N. 69.225, DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO, A ME	GÃOS E E
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE	LEI N. 14.327, 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAC	BOARDA
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRES	LEI N. 12.705, 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAC	ARRESTA
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8.467, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDI	CARREIRA
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI N. 6.555, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	INTERCÔES
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DUR	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO	VEÍCULOS
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELE	LEI N. 14.063, DE	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM	S-COV-2).
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	EM A SOB
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	S PÚBLIC
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTR	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D	MENTO A
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR	ESTANTE E
	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE EFETIV	DES/2020

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA	LEI N. 8.630, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	S E REFOR
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE P	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI	COMPETÊN
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SING	LEI N. 14.039, DE 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906 DE 04.07.1994 (ESTATUTO DA OAB) E O DECRETO-LEI	46, PARA D
	DISPÕE SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO	LEI N. 14.141, DE 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080 DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) E	ELICIA MES
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, DE 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434 DE 4.2.1997 QUE DISPÕE SOBRE A	OS, TECID
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS CO	
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL	LEI N. 7.804, DE 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	TAL, E DÁ
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGA	LEI N. 7.790, DE 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	AS ESCOL
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO	LEI N. 7.788, DE 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 7.795, DE 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, DE 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESC	zada pelo C
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PR	LEI N. 3.791, DE 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALIS	TAR DE A
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, DE 7.2.2006	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE	DE TRÂNS
	ENSINO ESTATUTO PROMOÇÃO SUBSÍDIOS	LEI N. 7.358, DE 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	MBEIROS M
	ENSINO PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, DE 11.5.1988	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1982 - ACRB	AO INCIS
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO E	LEI N. 8.538, DE	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCONVA	DO DE FICA
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDA	LEI N. 8.885, DE 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	EAÇÃO DE
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PREST	LEI N. 15.133, DE 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTR	DEBILIDADE
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENS	LEI N. 12.006, DE 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O CÓDIGO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA U	DECRETO N. 95.022 DE	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ER	INSUMO DO
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTA	DECRETO N. 88.653 DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PELO	RESUMO SE
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES E	DECRETO N. 9.191 DE	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDACÇÃO	DEMAÇÃO
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CON	DECRETO N. 23.532 DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EI	QUE NO A
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO D	LEI N. 8.536, DE	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ESTABELECE, DE ACORDO COM O ART. 14, § 4	LEI Nº 64, DE 18.5.1990 -	ESTABELECE, DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,	NOVA DE
	ESTABELECE, DE ACORDO COM O ART. 14, § 4	LEI Nº 64, DE 18.5.1990 -	ESTABELECE, DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,	NOVA DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	RATIVAS
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO. G	DELTA
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇ	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PE	ÂMENTOS
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE	PORTARIA Nº	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó	ÇA PÚBLI
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À P	PORTARIA M	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	ORÇEST
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA R	LEI N. 14.260, 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	INVESTAN
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINIS	LEI N. 8.986, 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	PROEDAL
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A	DECRETO Nº	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A A	OLIDAÇÃO
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS P	PORTARIA Nº	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS.	ENVOSSBO
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZA	LEI N. 7.858, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E	ADIRETA
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES -	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCES	DECRETO N. 37.119 DE	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	DEPÚBLIC
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO	DECRETO N. 95.480 DE	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (	DEBADO
	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PAR	RESOLUÇÃO	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022. TCE	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENT	LEI N. 8.829, 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	DECURSO
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESS	LEI N. 9.740, DE	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MUL	ADA DESP
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MON	DECRETO N. 54.976 DE	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	ENCIÁRIOS
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	TOBASSU
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚN	LEI N. 9.518, 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	NOPEDAU
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES P	LEI Nº 9.095	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	O DA ADM
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NOR	DECRETO Nº	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO	REDA DEFA
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PA	DECRETO N. 1.846 DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	DA DEESL
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIV	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	AKE NEWS
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO	LEI N. 8.103, 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	SSOAS M
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	SSOAS M
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIRE	LEI N. 12.965, 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	SIL - MARC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO	LEI N. 9.441, DE	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	ALAGOAS
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE IN	LEI N. 8.329, DE	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INEORMACÕES E ACOLHIMENTO I	BAZSOAS
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS	LEI N. 8.657, 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO COMO	ALAGOAS
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATE	LEI N. 9.473, 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	VAISOBIR
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO	LEI N. 11.910, 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O CÓDIGO D	AIRO, PAR
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DE	LEI N. 9.622, 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMA	E INTERAÇ
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA M	DECRETO N. 41.375 DE	DENOMINA "MAJOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIME	POLÍCIA MI
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 24.129 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO EST	27 DE JUL
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 20.785 DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O	ANÇA PÚBL
	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINAN	LEI N. 4.320, 17.3.1964	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CO	VIPOSE E
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 D	92, E DÁ O
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDACÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 19	LEI Nº 6.51
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE	
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	IGO, DA LI
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, 14.2.2007	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1	S POLICIAIS
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUT	S. (Em dec
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, 31.7.1997	ALTERA A REDACÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346 DE 26 DE MAIO DE	PELA LEI 5
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5	DE 1992 (
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS	
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	COM DEFICI
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696 DE 2	1976, DA L
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPCÃO DA COMPLEMENT	OS INSTIT
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO EST	LEI N. 9.454, 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2025.
	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E	S DE SITU

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM	
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667 DE 2 DE JULHO DE 1969 PARA EX	
	EIXACÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.476, DE	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE EFETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	EIXACÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	EIXACÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.178, DE	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.339, 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 QUE EIXA O EFETIVO D	
	EIXACÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.231, 19.4.2001	EIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO E	
	EIXACÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	EIXACÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.285, DE	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTAD	LEI N. 4.420, DE	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIA	LEI N. 9.056, 8.11.2023	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIAIS NOS TERMOS DOS §§ 1º E	
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OCIAL D	
	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOT	LEI N. 4.179, DE	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO OI	
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIO	DECRETO N. 24.647 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO N.	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEQUACÃO	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE	ALTERA A REDACÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNERPOL - E DÁ	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDACÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694 DE 16 DE DEZEMBR	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FESPU)	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FESPU)	DECRETO N. 11.225 DE	DÁ NOVA REDACÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012 D	
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 20.786 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 3.566 DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D	
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126, de 8.4.2009.)	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA CO	LEI Nº 8.537,	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTOR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (AMT)	LEI N. 6.635, DE	REALISTA VENCIMENTO BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL	DER JUDI
	GRATIFICAÇÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIFICAÇÕES E	RUÇÃO. (F
	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACI	LEI N. 14.769, DE	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, 5.12.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	
	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E C	LEI N. 9.152, 19.1.2024	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	NDÁRIO O
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.546, DE	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.569, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O D	TURA ALA
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.584, 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	ADRILHEIR
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.570, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	SGAE.
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA	LEI N. 14.231, DE	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL N	ÁUDE DA F
	INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA P	LEI N. 11.705, 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	Nº 9.294,
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTID	LEI N. 8.461, 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAI	DÁ OUTRA
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTUR	LEI N. 8.974, 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	AS DE ENS
	INSTITUI A "CAMPAINHA AL LINO CONSCIENTE"	LEI N. 8.370, 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA AL LINO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVEN	LEI N. 14.539, 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO	LEI N. 8.972, 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊNC
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE	DECRETO N. 11.440 DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÍ	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL	LEI N. 8.403, 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ES	ADUAL DE
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENT	DECRETO N. 11.003 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOM	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPRE	DECRETO N. 10.988 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BR	COMITÊ D
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGUI	DECRETO N. 11.822 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO	PORTARIA M	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIO	PENAI.
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO	LEI N. 13.445, 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GEE	LEI N. 7, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E	CORRELAT
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POL	LEI N. 14.735, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS, DISPÕE SOBRE SU	DE FUNCIO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS	LEI N. 14.751, DE 7.11.2023	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS	RITÓRISS
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI N. 6.417, DE 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES	LEI N. 8.145, DE 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA	NOVOS EN
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.720, DE 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS DENOMINADA ALA	DISPÕE S
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL	LEI N. 9.215, DE 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	NIÇA MILIT
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTADO	LEI N. 8.531, DE 7.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAD	À OUTRAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO – PAPE	LEI N. 10.041, DE 7.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO – PAPE	O DE ALAG
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO	LEI N. 8.702, DE 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO	PLÚTICA CON
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDROME	LEI N. 8.336, DE 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDROME	NA REDE
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	LEI N. 8.603, DE 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	ORES DE I
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.312, DE 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	/IDÊNCIAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTADO	LEI N. 8.373, DE 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTAD	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DETECÇÃO PRECOCE E INÍCI	LEI N. 8.698, DE 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DETECÇÃO PRECOCE E INÍCI	DO CÂNCER
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM	LEI N. 9.746, DE 7.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM	DÉFICIT I
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	LEI N. 10.055, DE 7.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	ESCENTES
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	LEI N. 8.971, DE 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	ESTADO D
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE DISPÕE S	LEI N. 9.058, DE 7.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE DISPÕE S	ONPRSOB
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍPR” DE COMBATE A INJÚRIA RACIAL E A	LEI N. 9.767, DE 7.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍPR” DE COMBATE A INJÚRIA RACIAL E A	ADOSEMA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	DECRETO N. 11.820, DE 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	ONAL DE A
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	LEI N. 14.914, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDADES	LEI N. 14.819, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDADES	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS CE	LEI N. 13.812, DE 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS CE	ORONAE DE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOACÃO	LEI N. 14.722, DE 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOACÃO	E DE ÓRG
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS	LEI N. 14.232, DE 7.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS	A AS MUL
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	LEI N. 14.533, DE 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	LEI DE DA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO	DECRETO N. 9.607 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PATERNAL	ESPÓLIO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 14.758, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NA INFÂNCIA	EDUCAÇÃO
		LEI N. 12.764, DE		
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL	LEI N. 14.572, 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO	ESPECIFIC
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO	LEI N. 14.821, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO DE FORTALECIMENTO	QUADRO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO	DECRETO N. 11.079 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	ÇÃO DE F
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO	LEI N. 8.375, 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIMPIADORIAS PÚBLICAS	CA.
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL	LEI N. 12.587, DE	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: RUA	ESTADO D
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO	LEI N. 9.711, DE	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO	STADOS DE
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA	LEI N. 9.714, 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	GEM (TDL)
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE	LEI N. 8.808, 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	DESAFIO
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.696, 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO	DAIS DE
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO	LEI N. 14.543, 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	SURA LÁBI
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE	LEI N. 14.549, 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	QUATRO
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO	LEI N. 8.358, 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA	RESOLUÇÃO N. 10.005, DE	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS	TRAS PRO
	INSTITUI E DEFINI AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA	LEI N. 7.451, 13.3.2013	INSTITUI E DEFINI AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	D.
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA	DECRETO N. 11.514 DE	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL	EVASÃO
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL	LEI N. 14.811, 12.1.2024	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	DO ESTAD
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA	LEI N. 9.696, DE	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	DOINCRIM
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE	DECRETO N. 69.529 DE	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS	PÚBLICA
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO	DECRETO N. 69.502 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	S NO ESTAD
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO	DECRETO N. 69.527 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂNC
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS	LEI N. 6.568, 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO	IMPORTÂNC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	LEI N. 8.338, 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	LEI N. 9.615, 24.3.1998	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES	LEI N. 14.237, DE	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES	
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19.7	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19.7	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES	LEI N. 8.254, DE	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES	
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	LEI N. 9.716, DE	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO	LEI N. 8.039, 6.9.2018	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO	
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 5.077, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	DECRETO N. 95.602 DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	DECRETO N. 8.750 DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	LEI N. 14.324, 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O DIA DO REI PELÉ	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO REI PELÉ	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOKA O DECRETO-LEI Nº 5.540 D	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOKA O DECRETO-LEI Nº 5.540 D	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	
	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPREENDEDORA	LEI N. 14.545, 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	LEI N. 14.622, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A EISSURA LABIOPALATINA	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A EISSURA LABIOPALATINA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	LEI N. 14.623, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	COMEMOR
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	INAS INDÍ
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FUNK	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FUNK	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.594, 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	PORTARIA Nº 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.852, 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - ALTERA AS LEIS Nºs 7.716 DE 13.04.1995	13.04.1995
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 14.238, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	SOCIAIS
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	LEI Nº 14.149	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI Nº 14.149	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	RA DISPOS
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO, A SER APLICADO	LEI Nº 14.149	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO, A SER APLICADO	DE VIOLÊ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES N	DECRETO N. 10.689, DE	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO P	REGIONAL
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINIS	DECRETO N. 11.485, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE F	IA DO P
	INSTITUI O GRUPO DE TRBALHO SOBRE A AV	DECRETO N. 11.487, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRBALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL LIMI	CIA NO Â
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E D	LEI	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVA	ENTRADA
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO	LEI N. 15.358, DE	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	N); TIPIFIC
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACION	LEI N. 14.328, DE 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER T	ÇO. Inst
	INSTITUI O MÊS MARCO ROYO	LEI N. 9.7033, DE 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROYO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONS	E EPILEPS
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINIS	LEI	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	E DÁ OUT
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAM	DECRETO N. 10.906, DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANT	DECRETO N. 10.991, DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO N	ZANTES E
	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PA	LEI N. 14.802, DE	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO E	LEI N. 6.971, DE 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	EXATO DO
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENER	LEI N. 9.472, DE 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OI	S.
	INSTITUI O PROGRAMA ALIÚLIO BRASIL E O P	LEI N. 14.284, DE	INSTITUI O PROGRAMA ALIÚLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO	LEI N. 8.551, DE	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊNC
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO M	LEI N. 8.591, DE 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	SOVIDA
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 10.045, DE	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 7.965, DE 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E P	LEI N. 8.232, DE 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS F	OAS – PP
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O	LEI N. 8.397, DE 19.3.2021	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	DE COMÊN
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E EN	LEI N. 14.540, DE 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	IESA CONT
	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PRO	LEI N. 14.214, DE 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	ASIA, DE
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO I	LEI N. 15.116, DE 2.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTI	OPRIÉTIV
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO IN	LEI N. 14.640, DE 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11	LEI Nº 13.4
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE	LEI N. 8.973, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	O ESTADO
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMP	LEI N. 8.988, DE 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL E PÓS	ÂMBITO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUIT	LEI N. 8.968, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPIA	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO	LEI N. 10.042, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO D	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO	LEI N. 9.057, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO "MULHERES NA CULTURA ALA	
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL - E A	LEI N. 14.351, 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL - E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27	
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 12.358 DE	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL - MAIS PROFES	
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL	LEI N. 8.372, 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZ	
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM V	DECRETO N. 11.431 DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VERDE	DECRETO N. 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENEREN	DECRETO N. 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE	DECRETO N. 11.946 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO	DECRETO N. 11.106 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEC	DECRETO N. 12.439 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	
		LEI N. 11.530, DE		
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINA	LEI N. 14.886, 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI	
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALE	LEI N. 9.712, 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	
	INSTITUI O PROGRAMA SELL VOTO IMPORTA	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SELL VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E DE	
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID	
	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO	PORTARIA M	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉ	
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER	LEI N. 5.247, 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO E	
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTR	PORTARIA N	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇ	
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO P	DECRETO N. 4.125 DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADOR	
	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBIT	LEI N. 9.174, 19.3.2024	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D	
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMU	LEI N. 9.612, 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVID	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, DE 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OFICIAL	DECRETO N. 58.688, DE 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OFICIAL	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OFICIAL
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 4.136, DE 15.6.2022	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SINADRO	LEI N. 11.343, DE 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SINADRO	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SINADRO
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO	LEI N. 14.370, DE 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS E DE DADOS	LEI N. 9.296, DE 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII PARTE FINAL DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS E DE DADOS
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGURO	LEI N. 8.390, DE 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGURO	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGURO
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, DE 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA JUSTIÇA FEDERAL	LEI N. 10.259, DE 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA JUSTIÇA FEDERAL	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA JUSTIÇA FEDERAL
	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	NP Nº 423884, DE 10.10.2018	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE 19.12.2006	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE	LEI DA ACESSIBILIDADE
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	DECRETO N. 3.688, DE 11.11.2006	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527, DE 18.7.2012	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVIDAS NA CONSTITUIÇÃO	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 14.133, DE 1.4.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS DESEMPENHISTAS	LEI N. 6.514, DE 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS DESEMPENHISTAS	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS DESEMPENHISTAS
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS	LEI N. 6.544, DE 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, DE 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI DO SERVIÇO MILITAR
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	LEI N. 13.709, DE 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 11.340, DE 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO	LEI N. 7.203, DE 29.3.2006	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QUE SE ENQUADRAM NA LICENÇA	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)	DECRETO N. 29.342, DE 25.7.2006	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI Nº 8.666, DE 21.6.1993	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE FISCALIZAÇÃO	LEI N. 11.334, DE 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O SISTEMA BRASILEIRO DE VELOCIDADE	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE FISCALIZAÇÃO
	LUTO OFICIAL	DECRETO N. 43.948, DE 11.11.2006	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO	LUTO OFICIAL
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO
	MANUAL DE INSPEÇÕES, REVISTAS E DESEFILE	PORTARIA Nº 22-6, DE 11.11.2006	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C-22-6 - INSPEÇÕES, REVISTAS E DESEFILE	MANUAL DE INSPEÇÕES, REVISTAS E DESEFILE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA EB70-MC-10 308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDI	RAS PROV
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSO	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 202	
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES EFORMATIVAS DOS PRO	DE SEGU
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978	OMINAÇÃO
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA DO MÉR	OLICIAL M
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ES	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR &quot	ES".
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL "	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M	ELHO PER
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACION	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	O ESTADO
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	LEI N. 13.979, 6.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS MEIA-ENTE	CULTURAI
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	E DÁ OUT
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEFINE AS ÁREAS OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEFINE AS ÁREAS OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º 8º 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO	OFICIAIS E P
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLI	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990 8.460 DE 17.09.1992	54, E DÁ C
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS AS	LEI N. 12.598, 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS AS CONTRATAÇÕES E	TO DE PR
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, E A	07.2015 - P
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA	DECRETO N. 11.831, DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EX	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOpte UM	LEI N. 8.969, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOpte UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA	DECRETO N. 28.407, DE	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COM	CONTRA A
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA	DECRETO N. 28.537, DE	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E CO	CONTRA
	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVA	LEI N. 8.299, 20.8.2020	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO	DA, DE EXE
	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E	LEI N. 8.573, 4.1.2022	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALA	SIRLAUCAS
	ORÇAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTUR	LEI N. 7.054, 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO	R DA POL
	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA ELABORAR	LEI N. 7.805, 21.6.2016	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	JUAL DE 20
	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DE	LEI N. 7.799, 6.4.2016	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2016.
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL)	LEI N. 7.798, 6.4.2016	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019, NOS	6, § 1º, DA
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1	LEI N. 7.816, 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	GRUPNO
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLI	LEI N. 8.342, DE	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVAD	AGOAS, A
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO EST	RECOMENDA	RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	QUANTO A
	PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI N. 13.954, DE	ALTERA A LEI Nº 6.880, DE 09.12.1980 (Estatuto dos Militares), A LEI Nº 3	LEI Nº 4.3
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO, ARTÍSTI	LEI N. 7.355, 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGO	STÓRICO, I
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA RE	LEI Nº 13.767, DE	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APRO	O-LEI Nº 5
	PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PA	LEI N. 14.138, 16.4.2021	ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560, DE 29.12.1992, PARA PERMIT	STO DE INVE
	RESOLUIA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, INOV	LEI N. 7.117, DE	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, À INO	ÃO DA PRO
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTR	DECRETO Nº	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO D	DAS, E DÁ
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS	LEI N. 8.159, 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	DÊNCIAS.
	PORTARIA CONJUNTA SFEA7/SEPLAG/ALAGO	PORTARIA Nº	PORTARIA CONJUNTA SFEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA, COMISSÃO IN	ACADME
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN	PORTARIA Nº	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20, DE 03.08.2022, APROVA	ATENDIME
	PORTARIA MEC Nº 70, DE 24 DE JANEIRO DE 2	PORTARIA M	ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019, QUE DISPÕE SO	REGISTRO
	PORTARIA Nº 330-MEC - DISPÕE SOBRE A EMI	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITU	UPERIOR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	SEDOS/SES
	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE DESTA
	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DA DREZI
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EM	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU
	PORTARIA/SEMIUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMUDH - DESIGNA	PORTARIA/SEMIUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMUDH - DESIGNA	SADOSON
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	LEI Nº 13.994 DE 26.09.1995	ALTERA A LEI Nº 9.099 DE 26.09.1995 PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	ITO DOS J
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRA	LEI Nº 13.495 DE 23.09.1997	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO)	RESSAM)
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA	LEI Nº 13.104 DE 09.03.2015	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EMINICÍDIO
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 4.868, DE 27.03.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO ÀS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984	plicada em
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 5.009, DE 07.07.1988	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publicar	ogada pela
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 4.994, DE 07.06.1988	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PRO	da em 8.6.1
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CO	LEI Nº 5.819, DE 13.03.1996	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTE	E ASSISTE
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE	LEI Nº 6.674, DE 04.11.2006	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRI	ARQUIAS E
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO P	LEI Nº 4.517, DE 30.05.1984	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGO	OIDÊNCI
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO PR	LEI Nº 6.584, DE 29.03.2005	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS	RVIDORES
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXT	LEI Nº 6.585, DE 29.03.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO	EAL SAÚDE
	PREVIDÊNCIA (DEEINE O GESTOR DO RPPS)	LEI Nº 4.789, DE 19.06.1986	DEEINE O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	DO DE AL
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕ	LEI Nº 6.288, DE 28.03.2002	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE	INATIVOS
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O RPPS)	LEI Nº 7.114, DE 05.11.2009	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	GOAS E DA
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO RPPS	LEI Nº 7.751, DE 09.10.2015	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	ADO DE A
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GEST	DECRETO Nº 68.852 DE 2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVI	SERVIDOR
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTE	DECRETO Nº 68.852 DE 2015	DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	ESTADO D
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09 2022	RECOMENDAC	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09 2022 00000794-2 - RECOMENDACÃO N	DIENEMMI
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09 2026	RECOMENDAC	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO	ROQUE FOR
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERC	LEI Nº 8.577, DE 19.11.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS	PROFESSOR
	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DES	LEI Nº 10.011, DE 2015	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO, EXPERIMENTO	EXATOS E

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE P	LEI N. 8.159, 25.9.2019	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	ENDOSOR
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO	LEI N. 8.233, 10.1.2020	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁG	ONASIDA
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCE	DECRETO N. 10.513 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173 DE 7 DE JULHO DE 2010 QUE DISPÕE SOBRE A	O O ESTA
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM E	LEI N. 7.173, 7.7.2010	EICA PROIBIDA EM TODO ESTADO DE ALAGOAS A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS	TRES, DO
	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS AL	PORTARIA N	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM TODO O ESTAD	DE DE 202
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BA	PORTARIA N	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILAR	DIVISAO
	PROMOÇÃO (CAROS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAR	STIÇA E SE
	PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES OI	LEI N. 8.184, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	ATIVA DA
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, 19.4.2001	ATRIBUI NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE	OS E MAST
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFIC	LÍCIA MILI
	PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFIC	TIVA DA P
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL M	O ART. 32
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	R NO CORP
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME C	DECRETO N. 11.491 DE	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA R	VA DO BRA
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CO	DECRETO N. 10.984 DE	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	TE DE UR
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL, UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HOR	ONDUTAS
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7	LEI N. 8.960, 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 20	BAIS CON
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EX	DECRETO N. 10.919 DE	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	ARIAS DO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 70.066 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO D	SAÚDE PÚ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO I	PORTARIA N	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	PLACOMÉ
	QUADRO DE PESSOAL (QOA - QOE)	LEI N. 6.333, 22.7.2002	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI EST	5 DE DEZE
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222 DE	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	IVADOS PR
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406 DE	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADM	LEI N. 13.726, 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES D	SE LIO DE
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROV	LEI N. 4.125, 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO E	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROV	LEI N. 4.214, 5.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	N.
	REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 7.474, 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDO	S E MILITA
	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA L	RECOMENDA	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DO	REMOVAL
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRI	LEI N. 8.976, 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E	ADO DE A
	RECONHECE O EOBRO COMO MANIFESTAÇÃO	LEI N. 14.720, 7.11.2023	RECONHECE O EOBRO COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA E	LEI N. 7.751,	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIT	SEXUAL DE
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 3.398, 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO	ALAGOAS
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NO	OS DE ENS
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469, DE 19 DE ABRIL DE	OBRE O E
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTAI	IXA O LIM
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS IN	LEI N. 8.545, DE	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS ORI	ZADAS NO
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIM	LEI N. 11.265, 3.1.2006	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CE	CONFRICA
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENF	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002, QUE REGULAMENTA A COMERC	GIÁ ELÉTR
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUN	PORTARIA N	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS T	PM.
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO	DECRETO N. 4.077 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTAD	À OUTRAS
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO	DECRETO N. 4.076 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVI	TIVO E DÁ
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E	DECRETO N. 7.174 DE	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E A	ADMINISTRA
	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO	DECRETO N. 4.049 DE	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTA	AS E CONSP
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE	DECRETO N. 125.212 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTAB	ESTADUAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O GOV. DO RJ	DECRETO N.º 76.651 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O GOV. DO RJ	AMA BOLS
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875 DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O GOV. DO RJ	DECRETO N.º 95.600 DE 16 DE JUNHO DE 2023	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875 DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O GOV. DO RJ	À CAPAC
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 9.847 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	O REGIST
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 11.615 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	OVERDIME
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 11.436 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	RÚBEKCO
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01 DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 11.129 DE 01 DE AGOSTO DE 2013	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01 DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DISTRIBU
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014, PARA TRATAR DAS ATIVIDADES DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 8.771 DE 23 DE ABRIL DE 2014	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014, PARA TRATAR DAS ATIVIDADES DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	AS DEBIDE
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA DISCIPLINAR O REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 12.341 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA DISCIPLINAR O REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	O PELOS
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O GOV. DO RJ	DECRETO N.º 11.002 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O GOV. DO RJ	PARADIS
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06 DE OUTUBRO DE 2021, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE ATUAÇÃO DA ATIVIDADE DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 10.989 DE 06 DE OUTUBRO DE 2021	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06 DE OUTUBRO DE 2021, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE ATUAÇÃO DA ATIVIDADE DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	MOÇÃO DA
	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07 DE OUTUBRO DE 1982, QUE DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DA ATIVIDADE DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 5.169 DE 07 DE OUTUBRO DE 1982	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07 DE OUTUBRO DE 1982, QUE DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DA ATIVIDADE DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DA ATIVA
	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO Nº 3.182 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	ETIDÁ DUT
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08 DE OUTUBRO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 3.182 DE 08 DE OUTUBRO DE 1999	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08 DE OUTUBRO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	LEIRO E D
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17 DE OUTUBRO DE 2000, QUE INSTITUI O FUNDO DE INVENIENTOS DO RJ	DECRETO N.º 11.004 DE 17 DE OUTUBRO DE 2000	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17 DE OUTUBRO DE 2000, QUE INSTITUI O FUNDO DE INVENIENTOS DO RJ	SERVIÇOS
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14 DE OUTUBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A MINHA CASA MINHA CONSTRUÇÃO	DECRETO N.º 11.439 DE 14 DE OUTUBRO DE 2023	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14 DE OUTUBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A MINHA CASA MINHA CONSTRUÇÃO	A MINHA C
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUAS ATIVIDADES	DECRETO N.º 1.424 DE 14 DE OUTUBRO DE 2023	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUAS ATIVIDADES	FORMAÇÃO
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA, ALTERA A LEI Nº 6.094 DE 30 DE ABRIL DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE TAXISTA, E A LEI Nº 11.350 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE TAXISTA	LEI N.º 12.468 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA, ALTERA A LEI Nº 6.094 DE 30 DE ABRIL DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE TAXISTA, E A LEI Nº 11.350 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE TAXISTA	Á OUTRAS
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SUBMETTER OS SERVIDORES PÚBLICOS DO RJ	DECRETO N.º 101.743 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SUBMETTER OS SERVIDORES PÚBLICOS DO RJ	DESEADUA
	REGULAMENTA AS LEIS NºS 10.048 DE 8 DE OUTUBRO DE 2000, QUE DÁ PRÓVISO	DECRETO N.º 5.296 DE 8 DE OUTUBRO DE 2000	REGULAMENTA AS LEIS NºS 10.048 DE 8 DE OUTUBRO DE 2000, QUE DÁ PRÓVISO	DEZEMBRO
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DE DATAS DE CONCESSÃO DE DATAS DE CONCESSÃO	DECRETO N.º 5.163 DE 11 DE OUTUBRO DE 2000	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DE DATAS DE CONCESSÃO DE DATAS DE CONCESSÃO	PARA PSÓ
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO, A LEI Nº 13.675 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018, PARA ESTABELECER AS REGRAS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 9.489 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO, A LEI Nº 13.675 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018, PARA ESTABELECER AS REGRAS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	MASOESTE
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, A LEI Nº 11.350 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE TAXISTA	DECRETO N.º 48.326 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, A LEI Nº 11.350 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE TAXISTA	ÇÃO GOSTO
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03 DE OUTUBRO DE 1998, PARA ESTABELECER AS REGRAS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	DECRETO N.º 11.008 DE 03 DE OUTUBRO DE 1998	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03 DE OUTUBRO DE 1998, PARA ESTABELECER AS REGRAS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO RJ	ÇÃO DE BA
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DO RJ, QUE DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DO PATRIMÔNIO DO RJ	LEI N.º 11.350 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DO RJ, QUE DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DO PATRIMÔNIO DO RJ	ASSONDA
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014, E A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O GOV. DO RJ	PORTARIA Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014, E A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O GOV. DO RJ	SUBREPO
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05 DE OUTUBRO DE 2013, E AS DEMAIS DISPOSIÇÕES QUE REGULA	DECRETO Nº 12.815 DE 05 DE OUTUBRO DE 2013	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05 DE OUTUBRO DE 2013, E AS DEMAIS DISPOSIÇÕES QUE REGULA	QUE REGU

Secção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE FISCALIZAÇÃO	DECRETO N.º 12.373 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO	ENAS.
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N.º 4.127 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS	P, DE QUE
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA	DECRETO Nº 6.444 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA DO ESTADO DE ALAGOAS	ERVIDORE
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO ALMOÇO E DA JANTA	DECRETO N.º 57.140 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO ALMOÇO E DA JANTA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS	O DE ALAO
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	DECRETO N.º 10.990 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS DO ESTADO DE ALAGOAS	EDOTAÇÃO
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO ATO DE 09.08.2019	DECRETO N.º 10.880 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO ATO DE 09.08.2019	DE 09.08.
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALÍCIO BRASIL INSTITUÍDO PELO ATO DE 21.12.2019	DECRETO Nº 12.064 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O PROGRAMA ALÍCIO BRASIL INSTITUÍDO PELO ATO DE 21.12.2019	21.
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELO ATO DE 2023, E	DECRETO N.º 12.064 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELO ATO DE 2023, E	E 2023, E
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAC	DECRETO Nº 1.054 DE 12/12/2019	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAC	POAIS DE
	REGULAMENTO DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	DECRETO N.º 35.718 DE 12/12/2019	REGULAMENTO DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	AL DIRETA
	REGULAMENTO DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DA OUTR	DECRETO N.º 35.718 DE 12/12/2019	REGULAMENTO DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DA OUTR	SIDPOM (R
	REGULAMENTO OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESS	PORTARIA S.º 2.356 DE 12/12/2019	REGULAMENTO OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESS	RESSO NO
	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	DECRETO N.º 2.356 DE 12/12/2019	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	LITAR E D
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 57.262 DE 12/12/2019	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ADO PELO
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO	DECRETO N.º 57.262 DE 12/12/2019	REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO	O DE ALAO
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 26.6.2000 DE 12/12/2019	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N.º 8.609, DE 22.2.2022	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA FINS	LEI N.º 8.609, DE 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA FINS	SOMBR
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	DECRETO-LEI Nº 5.616 DE 26.4.1994	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	OS TERR
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	DECRETO-LEI Nº 5.616 DE 26.4.1994	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	ADO DE A
	RESPONSABILIDADE FISCAL	DECRETO-LEI Nº 5.616 DE 26.4.1994	RESPONSABILIDADE FISCAL	ÃO FISC
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N.º 6.821, DE 13.7.2007	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	E DE COM
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N.º 6.821, DE 13.7.2007	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	ÁRIO DE
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE	LEI N.º 8.955, DE 4.9.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE	ÇÃOING
	REVOGAÇÃO DE LEIS	LEI N.º 8.325, DE 5.11.2020	REVOGAÇÃO DE LEIS	SOSTO DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004, DE 05.09.2019,	DECRETO N.º 11.611, DE	REVOGA O DECRETO Nº 10.004, DE 05.09.2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA N	AS CÍVICO
	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE	LEI N. 6.651, DE	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	TADUAIS E
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)	DECRETO N.º 5.483, DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEF	AGOAS, E
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENT	DECRETO N.º 37.611, DE	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADO	NCIAS.
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDA	DECRETO N.º 23.617, DE	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700, DE 4 DE NOVEMBRO DE	OBRE A CO
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDA	DECRETO N.º 8.700, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORI	NA, E DÁ O
	SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)	LEI N. 6.063, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ES	NTES GER
	SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E	LEI N. 6.451, DE 7.1.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTAÇÃO VOLU	S ADMINI
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO	DECRETO N.º 25.649, DE	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM	
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO	LEI N. 7.389, DE 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO, VIA COBRANÇA NA FUTURA	FÔNICOS,
	SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILIT	LEI N. 5.445, DE 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVIÇO DE IDENT	MILITAR SI
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, DE 1.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332, DE 10 DE ABRIL DE 1992, E ADOTA OI	AS.
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, DE 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICI	VIDÊNCIA
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, DE 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSI	E DÁ OUT
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, DE 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E	ÊNCIAS.
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTU	LEI N. 5.151, DE 18.9.1990	EIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILIT	CIAS COR
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDADO E	LEI N. 5.130, DE 19.4.1990	ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421, DE 20 DE DEZEN	DE 16 DE
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDADO E	LEI N. 5.207, DE 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUT	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, DE 27.3.2006	EIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES D	O ESTADO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, DE 4.4.2006	EIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES	DO ESTA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, DE 7.2.2014	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO	ROS MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES D	DO CORP
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO A	LEI N. 6.824, DE 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	ADUAIS, IN
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENT	LEI N. 5.680, DE 8.2.1995	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	RAL DA PO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENT	LEI N. 4.956, DE	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVID	de 16.12.19
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA GRAT	LEI N. 5.152, DE 18.9.1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SER	LITARES E

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRAT	LEI N. 5.138, 29.5.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE	MILITARES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA PROV	LEI N. 5.624, 26.5.1994	REALISTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBL	ARES DA A
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SUBS	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REALISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRAN	TAR DO ES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE DOS	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVID	S E MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE SOLD	LEI N. 5.162, 22.6.2011	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS	TIVO E DO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	Blicos D
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO SUBSÍDIO	LEI N. 6.385, 23.7.2003	FIXA O SOLDO DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO	DIO PARA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DEEM	LEI N. 6.456, 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMB	STADO DE
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE A	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIFI	RA ENFRE
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE; ALTERA A LEI Nº 7.96	RO DE 19
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR	PORTARIA N. 1.000, 1.1.2019	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	ANTO DUF
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERV	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	ÊNCIAS.
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO	LEI N. 7.131, 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚD	RES LIGAR
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE C	LEI N. 7.522, 2.12.2009	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	AGEM LO
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO S	LEI N. 14.289, 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	MINISTÉRI
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXA	LEI N. 15.094, 1.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENT	CA SCS
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURAN	TRAS PRO
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA	LEI N. 12.687, 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116 DE 29.08.1983 PARA TORNAR GRATUIT	RTEIRA DE
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	DECRETO N. 15.877 DE	INSTITUI REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	PÚBLICO
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	PORTARIA N. 1.000, 1.1.2019	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PA	O BANCÁR
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	MENSAGEM N. 1.000, 1.1.2019	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE "ALTERA A LEI EST	19 DE MAI
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO	NP Nº 133846	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBL	MINISTÉRI
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO	OFÍCIO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	VISITAS S
	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	NP Nº 357526	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO	O UNIFORM
	TRANSFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍ	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E	POÇÃO AB
	TRANSFORMA CARGOS DE JUIZ DE DIREITO C	LEI N. 8.550, 2.7.1998	TRANSFORMA CARGOS DE JUIZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	ÇÃO DE ME

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	TRANSFORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER	LEI N. 15.352, DE	TRANSFORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL - ALTER	19 DESSG
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICA	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	BAICO INT
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	IO DISTINT
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO	LEI Nº 6.414	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FISIOTERAPIA DE ALAGO	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT	ITOS DA P
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	SOMAL E A
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADO	AR E CORP
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HO	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE C	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REC	A DE AUT
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDE	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HO	ALA
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CER	OLO
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS EÚNER	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	RES.
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE	LEI N. 7.116, 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	OUTRAS PR
	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM CO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO	PESSOAS
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLI	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CO	ALCOÓLIC
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APRE	DECRETO N. 17.760, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, DISP	SSÃO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APRE	LEI N. 7.550, DE	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011	A CONCE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APRE	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE	ONCESSÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421, DE 20 DE DEZEMBRO DE 197	EI N.º 5.402
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAM	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INS	ACITAÇÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIC	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POL	ORPO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.018, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORE	TADO DE A
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.019, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AO	TARES DO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS DE	LEI N. 8.328,	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS,	

VIDÊNCIA